



# SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal – Criada Pela Lei Municipal 467 de 1965

CNPJ - 20.842.100/0001-72 - INSC. EST. 295.747072.0012

## DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM LICITAÇÃO

**PROCESSO:** 22/2023

**REFERÊNCIA:** PREGÃO ELETRÔNICO 11/2023

**OBJETO:** Contratação de empresa para Registro de Preços para fornecimento de PNEUS AUTOMOTIVOS para frota do SAAE de Ibiá-MG.

**RECORRENTE:** YALLAH BRAZIL LTDA., CNPJ 31.014.540/0001-58

**RECORRIDAS:** AUGUSTO PNEUS EIRELI CNPJ 35.809.489/0001-21 e JN PNEUS CNPJ 44.472.217/001-70.

Trata-se de Recurso Administrativo interposto tempestivamente pela licitante YALLAH BRAZIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o 31.014.540/0001-58, com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002; e no caput do art. 44 do Decreto nº 10.024/2019, subsidiado pela Lei nº 8.666/1993, por intermédio de seu representante legal, em face de ato administrativo praticado pelo Pregoeiro do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do município de Ibiá/MG, pertinente ao julgamento de proposta apresentada para os Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, pelos motivos apresentados no bojo do recurso, que serão oportunamente relatados.

Tais documentos encontram-se disponíveis para consulta no Portal de Compras Licitanet - [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e constantes do Processo 22/2023 Pregão Eletrônico 11/2023, disponível para consulta no endereço, Rua Prefeito Ivo Mendes, 275, Centro, Ibiá/MG, CEP. 38950.000.

### I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação, pedido de nova decisão e tempestividade.

### II. DOS FATOS

A sessão de abertura do citado certame, ocorrera na data de 30 de novembro do corrente ano, às 09:00h, via sistema eletrônico LICITANET, em que participaram 08 (oito) licitantes interessados. Dando início à sessão e abertas as propostas de preços cadastradas no FORMULÁRIO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO LICITANET, foram constatados os seguintes valores iniciais apresentados pelas empresas:

ITEM 01	
Fornecedor - 35.809.489/0001-21	R\$ 16.952,00
Fornecedor - 47.759.958/0001-24	R\$ 26.877,68
Fornecedor - 44.116.889/0001-42	R\$ 27.200,00
Fornecedor - 51.890.698/0001-07	R\$ 28.000,00
Fornecedor - 31.014.540/0001-58	R\$ 29.060,00
Fornecedor - 47.270.248/0001-36	R\$ 30.000,00
Fornecedor - 21.035.519/0001-85	R\$ 32.000,00





# SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal – Criada Pela Lei Municipal 467 de 1965  
CNPJ - 20.842.100/0001-72 - INSC. EST. 295 747072.0012

ITEM 02	
Fornecedor - 35.809.489/0001-21	R\$ 3.792,00
Fornecedor - 47.759.958/0001-24	R\$ 5.296,32
Fornecedor - 51.890.698/0001-07	R\$ 14.000,00
Fornecedor - 31.014.540/0001-58	R\$ 6.804,00
Fornecedor - 47.270.248/0001-36	R\$ 10.000,00
Fornecedor - 21.035.519/0001-85	R\$ 6.400,00

ITEM 03	
Fornecedor - 35.809.489/0001-21	R\$ 4.128,00
Fornecedor - 47.759.958/0001-24	R\$ 4.370,40
Fornecedor - 44.116.889/0001-42	R\$ 4.336,00
Fornecedor - 51.890.698/0001-07	R\$ 32.000,00
Fornecedor - 31.014.540/0001-58	R\$ 4.432,00
Fornecedor - 47.270.248/0001-36	R\$ 8.000,00
Fornecedor - 21.035.519/0001-85	R\$ 5.440,00

ITEM 04	
Fornecedor - 35.809.489/0001-21	R\$ 4.600,00
Fornecedor - 47.759.958/0001-24	R\$ 4.696,16
Fornecedor - 44.116.889/0001-42	R\$ 3.436,00
Fornecedor - 51.890.698/0001-07	R\$ 16.000,00
Fornecedor - 31.014.540/0001-58	R\$ 7.996,00
Fornecedor - 47.270.248/0001-36	R\$ 6.000,00
Fornecedor - 21.035.519/0001-85	R\$ 7.200,00

ITEM 05	
Fornecedor - 35.809.489/0001-21	R\$ 10.240,00
Fornecedor - 47.759.958/0001-24	R\$ 9.392,32
Fornecedor - 44.116.889/0001-42	R\$ 7.424,00
Fornecedor - 51.890.698/0001-07	R\$ 32.000,00
Fornecedor - 31.014.540/0001-58	R\$ 11.360,00
Fornecedor - 47.270.248/0001-36	R\$ 12.000,00

ITEM 06	
Fornecedor - 35.809.489/0001-21	R\$ 5.160,00
Fornecedor - 47.759.958/0001-24	R\$ 4.762,80
Fornecedor - 44.116.889/0001-42	R\$ 5.892,00
Fornecedor - 51.890.698/0001-07	R\$ 48.000,00
Fornecedor - 31.014.540/0001-58	R\$ 5.976,00
Fornecedor - 47.270.248/0001-36	R\$ 12.000,00
Fornecedor - 21.035.519/0001-85	R\$ 7.200,00





# SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal – Criada Pela Lei Municipal 467 de 1965  
CNPJ - 20.842.100/0001-72 - INSC. EST. 295 747072.0012

ITEM 07	
Fornecedor - 35.809.489/0001-21	R\$ 6.784,00
Fornecedor - 47.759.958/0001-24	R\$ 8.706,72
Fornecedor - 44.116.889/0001-42	R\$ 7.256,00
Fornecedor - 51.890.698/0001-07	R\$ 32.000,00
Fornecedor - 31.014.540/0001-58	R\$ 11.480,00
Fornecedor - 47.270.248/0001-36	R\$ 12.000,00
Fornecedor - 21.035.519/0001-85	R\$ 12.000,00
Fornecedor - 44.472.217/0001-70	R\$ 10.632,00

ITEM 08	
Fornecedor - 35.809.489/0001-21	R\$ 8.256,00
Fornecedor - 47.759.958/0001-24	R\$ 7.356,32
Fornecedor - 44.116.889/0001-42	R\$ 6.688,00
Fornecedor - 51.890.698/0001-07	R\$ 32.000,00
Fornecedor - 31.014.540/0001-58	R\$ 10.448,00
Fornecedor - 47.270.248/0001-36	R\$ 12.000,00
Fornecedor - 21.035.519/0001-85	R\$ 12.000,00
Fornecedor - 44.472.217/0001-70	R\$ 10.104,00

Nesse momento, foi dado início à fase de lances propiciando a todos os licitantes a redução da proposta inicial. Após decorrido o tempo para essa fase, sagrou-se vencedores na etapa de lances os seguintes fornecedores:

Fornecedor - AUGUSTO PNEUS EIRELI - 35.809.489/0001-21	
Item 01	R\$ 12.000,00
Item 02	R\$ 2.400,00
Item 03	R\$ 2.240,00
Item 04	R\$ 2.172,00
Item 05	R\$ 5.360,00
Item 06	R\$ 2.640,00
Item 07	R\$ 3.208,00
<b>TOTAL – R\$ 30.020,00 (trinta mil e vinte reais)</b>	

Fornecedor - JN PNEUS LTDA - 44.472.217/0001-70	
Item 08	R\$ 3.368,00
<b>TOTAL - R\$ 3.368,00 ( três mil, trezentos e sessenta e oito reais).</b>	

Assim, às 09:45 horário de Brasília, do dia 30/11/2023, foi suspenso o Pregão e concedido prazo para apresentação e análise da Proposta Final Ajustada de Preços, nos termos do edital, ficando a agendada data para continuidade da sessão para o dia 30/11/2023 às 11:43 horas (horário de Brasília), ou até que as Licitantes vencedoras, na etapa de Lances, enviem suas propostas finais ajustadas.



Na data e hora marcada (30/11/2023 às 11:18 horas, horário de Brasília), foi declarado que os LICITANTES AUGUSTO PNEUS EIRELI - 35.809.489/0001-21 e JN PNEUS LTDA - 44.472.217/0001-70, atenderam aos requisitos do edital quanto a suas propostas de preços encaminhadas, sendo classificado nessa fase. Em seguida abriu-se a documentação de habilitação, em que se constatou que os licitantes atenderam todos os requisitos do Edital quanto à documentação anexada e enviada ao sistema eletrônico LICITANET, dessa forma declarou-se suas habilitações.

Ao final da sessão, 11:20 horas do dia 30/11/2023, foi concedido o prazo de 10 (dez) minutos para manifestação dos licitantes quanto à intenção de recorrer. Às 11:22 a licitante YALLAH BRAZIL LTDA, manifestou sua intenção de apresentar recurso e aduziu a síntese de suas razões, as quais destacamos:

*“Gostaríamos de recorrer da decisão de habilitação dos fornecedores. As marcas vencedoras não possuem o certificado do IBAMA. Os certificados fornecidos pelos licitantes não correspondem às marcas que foram ofertadas. Forneceremos mais detalhes sobre a questão em nossa peça recursal”.*

Dada à solicitação de recurso, o Pregoeiro decidiu por não adjudicar o certame e intimou os licitantes desde aquela data, a apresentarem suas razões e contrarrazões nos prazos constantes no Edital, as quais foram apresentadas, e a seguir passamos a expor:

## **II – DAS RAZÕES**

Síntese das razões insurgidas pela empresa YALLAH BRAZIL LTDA, em sua peça recursal, protocolada na plataforma LICITANET às 09:41 do dia 01/12/2023 (horário de Brasília) :

A empresa Recorrente YALLAH BRAZIL LTDA alega em seus memoriais o seguinte:

*“(…) O cerne deste recurso é questionar a habilitação de empresas que não apresentaram documentação exigida no edital.*

*É com base em uma análise criteriosa e fundamentada que nos dirigimos a esta honrada Comissão para contestar a decisão que habilitou empresas em desacordo com os rigorosos requisitos do Edital. Ressaltamos, com particular ênfase, o descumprimento da Cláusula 9.6.2, “r” do Edital, que estipula de forma inequívoca a necessidade do “Certificado de Regularidade junto ao IBAMA em nome do FABRICANTE ou do IMPORTADOR”. Este requisito reflete não apenas uma formalidade, mas um pilar essencial para a integridade e conformidade com os princípios constitucionais nos Arts. 23, VI; 170, VI; 225, da CF/88; 3º e 30, IV, da Lei nº 8.666/93; Art. 33, III, § 6º, da Lei nº 12.305/10; Resolução CONAMA nº 416/2009 e Instrução Normativa IBAMA nº 1/2010.*

### **1. AUGUSTO PNEUS EIRELI.**



Desatendeu às disposições da Cláusula 9.6.2, "r" do Edital, onde se exige o "Certificado de Regularidade junto ao IBAMA em nome do FABRICANTE ou do IMPORTADOR", em conformidade com os Arts. 23, VI; 170, VI; 225, da CF/88; 3º e 30, IV, da Lei nº 8.666/93; Art. 33, III, § 6º, da Lei nº 12.305/10; Resolução CONAMA nº 416/2009 e Instrução Normativa IBAMA nº 1/2010", uma vez que não providenciou os certificados do IBAMA referentes às marcas por ela apresentadas.

Os certificados fornecidos por Augusto Pneus Eireli pertencem às empresas denominadas "Link Comercial Importadora e Exportadora" e "Do Sul Importadora" que, apesar de seus nomes sugestivos, não possuem histórico de importação de pneus, conforme comprovado por meio da consulta ao site da Receita Federal (<https://cib.dpr.gov.br/Home/PesquisaCompleta>).

Ademais, as empresas em questão também não figuram como fabricantes de pneus. Além disso, a empresa "Augusto Pneus Eireli" apresentou um certificado em seu próprio nome, embora não deenh a qualidade de fabricante ou importadora de pneus.

Ainda, em um duplo procedimento, para reforçarmos a nossa confirmação, não encontramos CNPJs vinculados às marcas dos pneus propostas.

Portanto, os certificados do IBAMA apresentados não guardam relação com as marcas propostas, revelando uma desconformidade flagrante com os requisitos estabelecidos no Edital.

Tal descumprimento das regras editalícias compromete a lisura e a igualdade do certame, repercutindo negativamente na seleção das propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

## **2. JN PNEUS LTDA.**

Também em desacato à estipulação da Cláusula 9.6.2, "r" do Edital, a empresa em questão não forneceu os necessários certificados do IBAMA. Importa salientar que o único certificado do IBAMA apresentado pertence à empresa "COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA.", o qual vem acompanhado de uma declaração de sua habilitação para operações no comércio exterior. No entanto, após minuciosa verificação no portal CIB da Receita Federal (<https://cib.dpr.gov.br/Home/PesquisaCompleta>), anteriormente mencionado, constatou-se que tal empresa não possui histórico de importações. Além disso, no próprio atestado de revenda apresentado para a JN Pneus Ltda., é notório que a empresa OENNING não é uma fabricante.

Conclui-se, portanto, que não existe correlação entre as marcas ofertadas e o certificado do IBAMA apresentado.

## **(...) DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requeremos:



1. A análise deste recurso, com a devida atenção aos argumentos apresentados para que haja a revisão decisão que habilitou as empresas AUGUSTO PNEUS EIRELI e JN PNEUS LTDA., com o consequente indeferimento de suas habilitações, tendo em vista o descumprimento das cláusulas do edital;
2. Caso seja acatado o recurso e sejam indeferidas as habilitações das empresas citadas, solicitamos que se proceda à análise das empresas remanescentes, a fim de verificar sua conformidade com as exigências do edital e, se necessário, a desclassificação de outras empresas que não estejam de acordo com as regras estabelecidas;
3. A comunicação formal da decisão deste recurso aos interessados;
4. A abertura de prazo para eventual recurso administrativo, caso este recurso seja aceito, para eventuais contestações que pudermos achar presentes.
5. A adoção das medidas legais cabíveis para a correção das irregularidades apontadas neste recurso e a preservação da lisura e legalidade do processo licitatório.
6. Neste ato, requeremos que todos os documentos e informações relacionados a este processo nos sejam disponibilizados, conforme estabelecido na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011), a fim de garantir a transparência e a legalidade de todo o processo.

Agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Nestes termos, pede deferimento

Yallah Brazil Ltda.

CNPJ 31.014.540/0001-58

Marina de Faria Mendonça Representante legal – 044.937.123-35"

### III – DAS CONTRA RAZÕES

Instada a se manifestar sobre as alegações levantadas pela empresa Recorrente, e tendo tomado conhecimento do inteiro teor do memorial apresentado, a empresa AUGUSTO PNEUS EIRELI, protocolou no dia 08/12/2023, às 13:23 horas, os memoriais contendo as suas contrarrazões, que sinteticamente aduzem o seguinte:

"(...) AUGUSTO PNEUS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 35.809.489/0001-21, estabelecida na Rua Cinquenta e Um, nº 205, Tropical, Contagem/MG, CEP 32.072-550, neste ato representada por sua representante legal, Sra. Ana Carolina de Araújo Marçal Vieira, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG nº 47.777.777-6 SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 354.312.833-80, com endereço para intimações na sede da pessoa jurídica e no



endereço eletrônico [juridico@augustopneus.com.br](mailto:juridico@augustopneus.com.br), vem, respeitosamente, apresentar CONTRARRAZÕES em face do recurso interposto pela empresa YALLAH BRAZIL LTDA., com fundamento na Lei 8.666/1993 e demais dispositivos aplicados à matéria, pelos motivos fáticos e jurídicos que seguem.”

A sessão findou na data de 30 de novembro de 2023 e o prazo para a apresentação de contrarrazões, nos termos da cláusula 11.4 do Edital, é de 03 (três) dias após o término do prazo do recorrente. Transcreve-se:

## DOS FATOS

A Recorrida participou do pregão em epígrafe, que possui como objeto o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de pneus para atender a frota de veículos da Autarquia Municipal.

Esta empresa apresentou todos os documentos necessários à sua habilitação. Contudo, a licitante YALLAH BRAZIL LTDA. alegou em suas razões recursais, que a Recorrida deixou de atender a cláusula 9.2, alínea “r” do Edital, devendo ser desclassificada.

Todavia, suas alegações são infundadas e possuem apenas o intento de tumultuar o processo licitatório, razão pela qual, o recurso interposto não merece prosperar.

## DO MÉRITO

Como é cediço, a licitação possui duas finalidades principais, consistentes na obtenção da proposta mais vantajosa ao interesse público e a concessão de iguais oportunidades a todos os que pretendem contratar com a Administração Pública, em consonância ao princípio da isonomia.

Esses objetivos são atingidos somente diante da ampla competitividade entre todos os participantes do certame, que de maneira leal acudam à licitação, se habilitem e apresentem suas propostas exatamente como determinam as regras do edital e legislação pertinente à matéria.

A Recorrente alegou que a Recorrida deixou de atender a cláusula nº 9.2, alínea “r” do instrumento convocatório, posto que não se enquadra como fabricante, nem importadora de pneus e não restou comprovado que as empresas responsáveis pela emissão dos certificados apresentados pela Recorrida, DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI e LINK COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, são de fato importadoras.

Pois bem.

Destaca-se que para garantir um processo licitatório eficaz e isonômico entre os concorrentes, o Edital deve conter cláusulas claras e objetivas.



*Nos termos do que dispõe o art. 40, da Lei 8.666/93, inciso I, a definição do objeto deve ser elaborada nos parâmetros acima estabelecidos.*

*Frisa-se que a certificação do IBAMA é uma forma de garantir a proteção do meio ambiente. O seu objetivo principal é a inspeção do descarte e da utilização de pneus e correlatos, a fim de viabilizar um procedimento atento à preservação ambiental.*

*Dessa forma, cabe a cada licitante apresentar a certificação do IBAMA emitida em nome do fabricante ou do importador do pneu ofertado. Contudo, o instrumento convocatório não faz qualquer menção à necessidade deste licitante ser o próprio fabricante ou importador. Por essa razão, a Recorrida apresentou a certificação exigida em nome das empresas importadoras DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI e LINK COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.*

*Cabe ressaltar que uma exigência dessa espécie frustraria o caráter competitivo do certame, o que faria com que a Administração adquirisse os produtos por valores muito mais elevados, ferindo o princípio da economicidade.*

*Quanto a alegação de que as empresas DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI e LINK COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, não se enquadram como importadoras, menciona-se que através de uma simples consulta ao site da Receita Federal<sup>1</sup>, é possível aferir o contrário, posto que estas são habilitadas para atuar no comércio exterior.*

*Sobre o cadastro das empresas importadoras no Catálogo de Importadores Brasileiros – CIB, ressalta-se que, diferente do que a Recorrente alega, o registro não é obrigatório. Isso porque, esse banco de dados é voltado para empresários de outros países, interessados em exportar e investir no Brasil.*

*Assim, o cadastramento é realizado por liberalidade de cada empresa, não havendo qualquer disposição legal que o torne imprescindível para o processo de importação.*

*Com isso, infere-se que a Recorrida não descumpriu as disposições elencadas no instrumento convocatório. E ainda, verifica-se que o recurso interposto pela Recorrente visa apenas protelar o processo licitatório, causando o retardamento do objeto.*

*Dados os fatos explanados, denota-se que as alegações da Recorrente são infundadas e não merecem prosperar, devendo ser indeferido o recurso por ela interposto, para que assim se garanta um processo licitatório justo e livre de vícios.*

#### **DOS PEDIDOS**

*Diante do exposto, requer-se:*



a) O indeferimento do recurso, com a manutenção incólume da decisão da CPL proferida na sessão;

b) Por derradeiro, seja a Recorrida intimada da decisão do presente recurso no prazo máximo de 05 dias úteis, em respeito ao §4º do artigo 109 da lei 8.666/93, no endereço eletrônico [juridico@augustopneus.com.br](mailto:juridico@augustopneus.com.br), para que, no caso de deferimento, possa impetrar mandado de segurança visando a suspensão do certame até deliberação do juízo acerca do caso ou manejar representação ao TCE, nos termos do Inciso II, do mesmo artigo.

Nesses termos, pede deferimento.

Contagem/MG, 08 de dezembro de 2023.

Ana Carolina de Araújo Marçal Vieira Representante legal

Adiante, frente a natureza da Ação e do respectivo recurso, foi solicitado Parecer Jurídico à Assessoria Jurídica do SAAE de Ibiá, o qual, após análise minuciosa dos presentes autos, apresentou Parecer Jurídico em 05 (cinco) laudas, as quais foram anexadas aos presentes autos.

Assim, diante das razões e contrarrazões apresentadas pelas licitantes, bem como, da verificação do preenchimento dos requisitos legais e ensejadores, e ainda, não tendo sido verificada qualquer causa de anulação ou arquivamento do presente processo, passa-se ao julgamento dos recursos, para ao final decidir:

## **I - DO JULGAMENTO DOS RECURSOS**

Em princípio, cabe acentuar que o procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, tem por ato normativo Municipal 5601 de 2023 e Federal a Lei nº. 10.520/2002, Decreto Nº 3.555/2000, bem como a Lei nº 8.666/93, que deverá ser aplicada de forma subsidiária, conforme preceito do art. 9º, da Lei nº 10.520/2002.

Cumpre-nos salientar que o processo licitatório em questão fora amplamente divulgado, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 e normas atinentes ao Pregão. Assim sendo, todos os interessados, desde que cumprissem as normas do edital, poderiam participar e ofertar seus produtos.

Isto posto, esposado no Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica, passa-se a análise e julgamento das peças recursais:

### **1 QUANTO À TEMPESTIVIDADE**

Preliminarmente destaca-se que os recursos foram interpostos pela empresa licitante dentro dos ditames impostos pelo instrumento convocatório, o que assiste razão quanto ao atendimento do requisito da TEMPESTIVIDADE, já que o pedido foi protocolado dentro do prazo estabelecido de 03 (três) dias





# SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal – Criada Pela Lei Municipal 467 de 1965  
CNPJ - 20.842.100/0001-72 - INSC. EST. 295 747072.0012

úteis. Igual observação vale para a licitante que apresentou contrarrazões aos recursos.

Sendo assim, atendidos os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, legitimidade ad causam, possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir, tempestividade e inconformismo das empresas insurgentes, este Pregoeiro tomou conhecimento, para, à luz dos preceitos legais e das normas editalícias que regem a matéria, analisar os fundamentos expendidos pelas recorrentes.

## 2 – RELATÓRIO

Trata-se de análise a respeito do pedido de reforma da referida decisão em sua totalidade, posto que, conforme fundamenta o recurso interposto pela empresa YALLAH BRAZIL LTDA, supostamente, a Autarquia Municipal incorreu em equívoco ao habilitar as vencedoras, sob argumento que os documentos apresentados pelas mesmas estão em desacordo com o exigido no Edital, violando assim os Princípios Administrativos e normas legais que regem a matéria em debate.

Pois bem.

## II – FUNDAMENTOS JURÍDICOS.

Primeiramente, cumpre novamente mencionar, que referida decisão esposa-se ao Parecer Jurídico emitido nos autos através da Assessoria Jurídica do SAAE, mediante Concessa *vênia*.

Há que se registrar, precipuamente, que todos os processos licitatórios devem ser pautados nos Princípios Constitucionais e seus regramentos, bem como nos regramentos infraconstitucionais, com o único objetivo de atender às necessidades da Administração Pública, sem qualquer intuito de favorecer ou direcionar a escolha de possíveis concorrentes do certame.

Além disso, importante ressaltar que as exigências, especificações e descrições técnicas no presente processo licitatório, observam os regramentos legais e Princípios Constitucionais, bem como representam a verdadeira necessidade da Autarquia Municipal – SAAE de Ibiá/MG.

Outrossim, quando da elaboração do edital, a Administração definiu aquilo que julgou ser necessário dentro das normas legais aplicáveis, prezando não apenas pelo atendimento dos critérios mínimos, mas por todos os critérios necessários para o bom cumprimento do objeto licitado.

De mais a mais, cumpre ainda salientar que as premissas expostas no edital em questão estão amplamente amparadas nas legislações aplicáveis ao caso em tela, de modo que são transparentes a todos, sem omissão de direitos e, principalmente, de deveres daqueles que se propuserem a participar do certame.

Ademais, sabe-se que a licitação deve ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade





# SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal – Criada Pela Lei Municipal 467 de 1965  
CNPJ - 20.842.100/0001-72 - INSC. EST. 295 747072.0012

administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos demais que lhe são correlatos (Lei nº 8.666/93, no seu art. 3º, caput).

Salienta-se que os requisitos, especificidades e descrições, previstas e exigidas no certame, não possuem o condão de frustrar a concorrência e/ou competição em igualdade de condições no certame, mas o condão de selecionar a melhor, mais vantajosa e a mais viável proposta. Nesse sentido, ensina MARÇAL JUSTEN FILHO:

*"Reservou-se à Administração a liberdade de escolha do momento de realização da licitação, do seu objeto, da especificação de condições de execução, das condições de pagamento etc. Essa competência discricionária exercita-se no momento preparatório e inicial da licitação. Uma vez realizadas essas escolhas, exaure-se a discricionariedade e não mais pode ser invocada — ou, mais corretamente, se a administração pretender renovar o exercício dessa faculdade, estará sujeita a refazer toda a licitação. Assim, a Administração tem liberdade para escolher as condições sobre o contrato futuro. Porém deverá valer-se dessa liberdade com antecedência, indicando exaustivamente suas escolhas. Tais escolhas serão consignadas no ato convocatório da licitação, que passará a reger a conduta futura do administrador. Além da Lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei,"*

Desta forma, no que diz respeito ao ponto questionado no referido edital, qual seja, alínea "r" do item "9.2", entendo que a sua redação é clara e objetiva, sem margens para subjetividade e/ou devaneios, senão vejamos:

*"...r) Certificado de Regularidade junto ao IBAMA em nome do FABRICANTE ou do IMPORTADOR, em conformidade com os Arts. 23, VI; 170, VI; 225, da CF/88; 3º e 30, IV, da Lei nº 8.666/93; Art. 33, III, § 6º, da Lei nº 12.305/10; Resolução CONAMA nº 416/2009 e Instrução Normativa IBAMA nº 1/2010".*

Nesse ponto, é necessário ressaltar que não se faz necessário que o concorrente do certame tenha um atestado com as características específicas de cada marca que será ofertada no certame, porém, somente em nome do Fabricante ou Importador, posto que qualquer exigência nesse sentido limitaria a participação de concorrentes.

Além do mais, o órgão fiscalizador ambiental, o qual fiscaliza diretamente as empresas concorrentes nesse sentido, no presente caso é o próprio IBAMA, e o mesmo certificou conforme documentação apresentada nos autos, que ambas as empresas vencedoras estão em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob o controle e fiscalização do próprio Órgão.

Sendo assim, conforme consta nos referidos Certificados impugnados, entendo que eles são compatíveis em características e com o objeto do certame e, sendo assim, é inviável qualquer alegação de suposta não a enção





# SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal – Criada Pela Lei Municipal 467 de 1965  
CNPJ - 20.842.100/0001-72 - INSC. EST. 295 747072. 0012

às exigências editalícias e/ou de atendimento insuficiente ou deficiente. De tal modo, correta a decisão de aceitar os referidos Certificados de Regularidade junto ao IBAMA.

Além de tudo, imperioso salientar também que o Processo Licitatório em questão possui respaldo no PODER DISCRICIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, bem como no PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, e desta forma, não tem o objetivo de frustrar o caráter competitivo e/ou isonômico do certame.

Logo, qualquer interpretação extensiva e que foge dos termos impostos no edital, no presente momento, afastaria a segurança jurídica já solidificada nos editais de licitação. Portanto, deve a referida cláusula ser analisada em estrita observância ao quanto exposto (COMPATIBILIDADE).

Em suma, ao aceitar o edital do certame em questão, da forma em que foi apresentado, houve a vinculação dos interessados e da Administração Pública ao referido edital, que, com base no Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, tal regra não poderia ser modificada e/ou ter estendida a sua interpretação, pois se tornou exigível e aplicável a todos os envolvidos.

Ressalta-se ainda que o cumprimento das diversas exigências editalícias para a devida execução do objeto licitado é de inteira e exclusiva responsabilidade da contratada, arcando inclusive com as possíveis penalidades legais, e, por isso, não cabe a terceiros avaliação e desqualificação de documento idôneo emitido pelo próprio órgão fiscalizador.

Neste passo, é importante transcrever as lições do Professor ADILSON DE ABREU DALLARI:

*“Claro que para um participante interessa excluir o outro. Quem faz licitação sabe que, nesse momento, há uma guerra entre os participantes; mas a Administração Pública não pode deixar-se envolver pelo interesse de um proponente (que é adversário dos outros proponentes e está defendendo legitimamente o seu interesse em obter o contrato) e não pode confundir esse interesse com o interesse público.”*

Posto isto, sabe-se que a Administração Pública tem o dever de adquirir produtos que satisfaçam seus interesses de acordo com suas necessidades, ao menor custo possível. A eficiência e a economicidade são princípios aplicáveis à Administração Pública e devem ser observados/priorizados nos processos de compras.

Desse modo, entendo que não há a verossimilhança do direito da Recorrente, não devendo ser atendido o quanto requerido por ela, em atenção aos fundamentos e regramentos legais até aqui expostos.

### 3 – CONCLUSÃO.





# SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal – Criada Pela Lei Municipal 467 de 1965  
CNPJ - 20.842.100/0001-72 - INSC. EST. 295 747072.0012

Isto posto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, CONHEÇO do RECURSO apresentado pela empresa YALLAH BRAZIL LTDA para, NO MÉRITO, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, e sendo assim:

Mantenho as Licitantes **AUGUSTO PNEUS EIRELI e JN PNEUS LTDA** **HABILITADAS E CLASSIFICADAS** no presente Pregão Eletrônico de Nº 011/2023.

Importante destacar que a análise e decisão deste Pregoeiro não vinculam a decisão superior acerca da adjudicação e homologação do certame, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este processo, fornecendo subsídios à Autoridade Administrativa superior, a quem cabe a análise desta e a decisão final.

Ressalte-se, ainda, que foram resguardados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, do julgamento objetivo, da vinculação ao instrumento convocatório, da formalidade moderada, da razoabilidade e da proporcionalidade, da finalidade e do interesse público, portanto, respeitadas as leis que regem a matéria e os princípios norteadores da modalidade pregão.

Desta feita, este Pregoeiro remete os autos do presente processo à autoridade superior para análise e decisão, salientando sua desvinculação a este parecer informativo e decisão do Pregoeiro.

Ibiá, 15 de dezembro de 2023



Rogério Geraldo Ferreira  
Pregoeiro